

Diálogos

Diálogos - Revista do Departamento de
História e do Programa de Pós-Graduação em
História

ISSN: 1415-9945

rev-dialogos@uem.br

Universidade Estadual de Maringá
Brasil

Domingues, Ângela

FOR THE RELIEF OF MAN'S STATE OR THE ADVANCEMENT OF NATIONAL INTERESTS? A
PERCEPÇÃO DA NATUREZA BRASILEIRA AO SERVIÇO DAS NAÇÕES E DA HUMANIDADE NOS
ESCRITOS DOS VIAJANTES DO SÉCULO XVIII

Diálogos - Revista do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História, vol.

14, núm. 2, 2010, pp. 249-271

Universidade Estadual de Maringá
Maringá, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=305526881002>

- ▶ Como citar este artigo
- ▶ Número completo
- ▶ Mais artigos
- ▶ Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe , Espanha e Portugal
Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

**FOR THE RELIEF OF MAN'S STATE OR THE
ADVANCEMENT OF NATIONAL INTERESTS? A
PERCEPÇÃO DA NATUREZA BRASILEIRA AO SERVIÇO
DAS NAÇÕES E DA HUMANIDADE NOS ESCRITOS DOS
VIAJANTES DO SÉCULO XVIII ***

*Angela Domingues***

Resumo. O texto que apresento pretende expandir as fronteiras tradicionais das historiografias portuguesa e brasileira, na medida em que se propõe repensar o Brasil num âmbito que extravasa a história atlântica ou os estudos atlânticos. Assim sendo, o meu objecto de análise predominante enquanto fonte de informação são os documentos produzidos por viajantes estrangeiros em circulação no Atlântico, na medida em que encaro esses testemunhos como um repositório documental incontornável e precioso. Enfatizo o meu universo de abordagem nas descrições do Brasil que corriam a Europa setecentista, disseminadas através de impressos. Esta informação circulava graças a uma estrutura complexa, constituída por viajantes, marinheiros, homens de negócios em trânsito, tornados autores de relatos e contadores de histórias; por editores, livreiros, gravadores, impressores, desenhistas, que contribuíram eficazmente para a difusão dos ideais associados ao *Século das Luzes* e para a abertura do Velho Mundo a outras terras, diferentes mares, novas gentes e produtos.

Palavras-chave: natureza brasileira; viajantes; século XVIII.

**FOR THE RELIEF OF MAN'S STATE OR THE
ADVANCEMENT OF NATIONAL INTERESTS? THE
PERCEPTION OF BRAZILIAN NATURE AT THE
SERVICE OF NATIONS AND HUMANITY IN THE
WRITINGS OF 18TH CENTURY TRAVELERS**

* Artigo recebido em 15 de outubro de 2009 e aprovado em 30 de novembro de 2009. Este texto é uma versão preliminar e parcelar, mas ainda assim faz parte integrante, de um outro apresentado para candidatura ao grau de Habilitação para o exercício de funções de Coordenação, apresentado ao Instituto de Investigação Científica Tropical, Lisboa, em Julho de 2009.

** Departamento de Ciências Humanas do Instituto de Investigação Científica Tropical, Lisboa – Portugal.

Abstract. The text presented herein aims to expand the traditional frontiers of Portuguese and Brazilian historiographies, by proposing a rethinking of Brazil in a realm that goes beyond Atlantic history or studies. Thus, my predominant object of analysis as a source of information are the documents produced by foreign travelers in the Atlantic, whose testimonies I regard as an essential and precious documental repository. I emphasize my approach viewpoint in the descriptions of Brazil throughout 18th century Europe, disseminated through printed copies. This information circulated thanks to a complex structure, consisting of travelers, sailors, businessmen in transit, who became authors of reports and storytellers; by editors, booksellers, engravers, draftsmen, all of whom contributed efficiently to spread the ideals associated with the *Century of Lights* and to open the Old World to other lands, different seas, new peoples and products.

Keywords: brazilian nature; travelers; 18th century.

FOR THE RELIEF OF MAN'S STATE OR THE ADVANCEMENT OF NATIONAL INTERESTS? LA PERCEPCIÓN DE LA NATURALEZA BRASILEÑA AL SERVICIO DE LAS NACIONES Y DE LA HUMANIDAD EN LOS ESCRITOS DE LOS VIAJEROS DEL SIGLO XVIII

Resumen. El texto que presento pretende expandir las tradicionales fronteras de las historiografías portuguesa y brasileña, en la medida en que se propone repensar a Brasil en un ámbito que va más allá de la historia atlántica o de los estudios atlánticos. Por lo tanto, mi objeto de análisis predominante son los documentos producidos por viajeros extranjeros que circularon por el Atlántico, fuente documental única y preciosa. Enfatizo mi universo de abordaje en las descripciones de Brasil que llegaban a la Europa del setecientos, diseminadas a través de impresos. Esta información circulaba gracias a una compleja estructura, constituida por viajeros, marineros, hombres de negocios en tránsito, convertidos en autores de relatos y contadores de historias; por editores, libreros, grabadores, impresores y dibujantes que contribuían eficazmente en la difusión de los ideales asociados al Siglo de las Luces y para la apertura del Viejo Mundo a otras tierras, a diferentes mares, a nuevas gentes y productos.

Palabras Clave: naturaleza brasileña, viajeros, siglo XVIII

INTRODUÇÃO

A proposta que apresento nesta mesa redonda pretende expandir as fronteiras tradicionais das historiografias portuguesa e brasileira, na medida em que se propõe repensar o Brasil num âmbito que extravasa a

história atlântica ou os estudos atlânticos. De facto, os fluxos de mercadorias, os deslocamentos de pessoas, culturas e processos sociais que caracterizam a expansão europeia não ficaram confinados ao mundo atlântico, embora reconheça que este seja um contexto útil e possível para o estudo da expansão europeia durante os seus primeiros três séculos. Não obstante, e reforçando este argumento evocado com tanta prioridade por Jack Green (2006, p. 6), lembraria que nem tão-pouco o Brasil é socialmente estanque ou composto exclusivamente por índios, portugueses e africanos; e que muitos dos viajantes que por aí passaram e consideraram a colónia como objecto de estudo e registo iam em direcção a outras paragens, algumas delas longínquas, como a Austrália e os mares do Sul.

Assim sendo, considero como meu objecto de análise predominante enquanto fonte de informação os documentos produzidos por viajantes estrangeiros (leia-se europeus) em circulação no Atlântico, na medida em que encaro esses testemunhos como um repositório documental incontornável e precioso, ainda que normalmente pouco valorizado numa perspectiva de estudo, que em certa medida, se contrapõe, mas complementa, as correntes historiográficas tradicionais, onde predomina uma visão “interna” dada pelos documentos luso-brasileiros.

Quero, então, centrar o meu universo de abordagem nas descrições do Brasil que corriam a Europa setecentista, disseminadas através de impressos. Esta informação circulava graças a uma estrutura complexa, constituída por viajantes, marinheiros, homens de negócios em trânsito, tornados autores de relatos e contadores de histórias; por editores, livreiros, gravadores, impressores, desenhadore, que contribuíam eficazmente para a difusão dos ideais associados ao *Século das Luzes* e para a abertura do Velho Mundo a outras terras, diferentes mares, novas gentes e produtos.

1. Estrangeiros ao serviço da coroa: a sua participação no reconhecimento científico do território brasileiro em setecentos

Como em alguns artigos fiz notar, autores consagrados, como Luciana de Lima Martins e Jeanine Potelet, têm repetidamente afirmado e fundamentado de forma científica e sólida que a “descoberta científica” do Brasil pela Europa é eminentemente um fenómeno do século XIX, indissociável e traduzido em inúmeras viagens científicas que, por iniciativa pessoal ou oficial, foram realizadas a uma colónia que, num

muito curto espaço de tempo, foi transformada em reino e depois em império¹. A constatação deste fenômeno e do que viagens e relatos como os de John Mawe, Thomas Lindley, Henry Koster ou Maximiliano de Wied Neuwied significaram para a captura do Brasil por uma Europa ávida de conhecimento, só pode ser reforçada quando se atenta aos entraves e proibições que as potências ibéricas com domínios coloniais na América do Sul até então colocavam à escala de navios e à passagem ou permanência de estrangeiros em território colonial.

A premissa atrás enunciada não me parece, no entanto, equacionar, de forma precisa e satisfatória, o enorme esforço de “reconhecimento científico” conduzido pelas potências ibéricas nos seus domínios coloniais. É incontestável que ao longo do *Século das Luzes* Portugal e Espanha incentivaram uma série de missões e expedições com intuições científicas a território sul-americano (e também africano e asiático), algumas delas dependendo e contando com a participação efectiva de naturais de outros países europeus. A título de exemplos, alguns deles contundentes, aponto:

1. o monumental levantamento geográfico e cartográfico do Brasil, realizado conjuntamente por dois jesuítas, o português Diogo Soares e o “italiano” Domenico Capassi, um processo competentemente estudado por André Ferrand de Almeida (2001);
2. o reconhecimento científico concretizado pelas partidas de demarcações na sequência da celebração dos tratados de limites hispano-americanos e a participação nos corpos expedicionários portugueses de “cientistas” alemães, italianos, ingleses, franceses – particularmente no de Madrid (1750) e, em menor grau, no Preliminar de Santo Ildefonso (1777) (DOMINGUES 1991; GIRALDO 1999);
3. a realização da expedição franco-espanhola para observação dos satélites de Júpiter ao Perú e medição o arco do meridiano terrestre levou expedicionários europeus a território ibero-americano. Foi desta expedição que resultou a viagem de Charles Marie de La Condamine pelo rio Amazonas até Belém, bem como a elaboração de um relato de sobrevivência e de um mapa que circularam por toda a Europa (LAFUENTE; MAZUECOS, 1989; SAFIER 2008);
4. há ainda que mencionar os estrangeiros docentes na Universidade de Coimbra, nas academias militares, no Colégio dos

¹ Como defensoras claras desta opinião cito, apenas como exemplo, Luciana de Lima Martins (2001; 2000) e Jeanine Potelet (1993).

Nobres que, mantendo com os seus antigos formandos relações de convivência particular e científica, iam, oficial ou oficiosamente, tendo um conhecimento indirecto, mas actualizado, do território brasileiro.

Note-se que, embora havendo uma série de restrições impostas aos expedicionários que actuaram em território *luso-brasileiro* a partir de aproximadamente 1753 (que se reflectia, por exemplo, na nacionalidade dos efectivos contratados que não podiam ser originários de nação inimiga), nos três primeiros casos os esforços dos participantes concorreram para a elaboração de um conhecimento científico válido e creditado ao serviço das coroas ibéricas. No caso da expedição franco-espanhola, ao serviço da “República das Letras”, a divulgação dos resultados fez-se na Academia das Ciências de Paris e através de algumas publicações. Na opinião de Mary Louise Pratt (1999, p. 46), esta última expedição foi uma evidência flagrante do poder da ciência para elevar os europeus acima das suas mais intensas rivalidades nacionais.

A intensa renovação científica e intelectual ocorrida na Europa de setecentos tinha também chegado a Portugal, que, em pleno século das Luzes, conhecia renovações profundas nomeadamente com o fenómeno dos *estrangeirados* (MUNTEAL FILHO 1998), com a presença em Portugal e no Brasil dos padres matemáticos (ALMEIDA, 2001), com convites dirigidos a ilustres intelectuais para desempenhar papel activo como formadores da nova *elite do conhecimento* ao serviço do estado português (DOMINGUES, 1991; 2001), com as *viagens filosóficas* (PATACA, 2006).

2. A circulação de informação controlada

Como decorrência desta renovação científica e intelectual, é incontestável que, ao longo do século XVIII, chegou dos diferentes pontos do Brasil, mas também de todo o Império, aos arquivos da administração central uma massa informativa que se destinava a contribuir para um melhor conhecimento territorial: um conhecimento estatístico, geográfico e científico, indissociável e imprescindível a uma administração racional e “ilustrada”, a um controle político forte, a uma exploração económica eficaz.

Os arquivos eram criados para benefício de políticos e administradores e muitos dos dados que recolhiam destinavam-se a um “monopólio de informação” controlado pelo Estado português e por ele preservado por razões de Estado relacionadas com a preservação da integridade territorial e da estratégia política, militar e económica (DOMINGUES, 2006, p. 72-73). Esta perspectiva que coloca o acesso do

estado à informação como um aspecto central da arte da governação remete para a afirmação de Derida de que “there is no political power without control of the archives” e para a concepção de arquivos como repositórios de conhecimento legal e do discurso político (STOLER 2005, p. 270).

Em relação ao caso português (e suponho que, em grande medida, também ao espanhol), os resultados da maior parte destes esforços científicos não foram divulgados ou publicados, permanecendo inéditos nos arquivos das secretarias de Estado portuguesas e sendo acessíveis quase exclusivamente a “agentes do poder central” (embora se deva acrescentar que também em algumas bibliotecas públicas, onde podiam ser consultados com limitações)².

Em outros casos, os raros textos publicados tiveram circulação restrita, uma opção política clara da coroa portuguesa que se manifestou, por exemplo, numa cópia de uma consulta do Conselho Ultramarino, datada de 1711, determinando que:

Parece que será muito útil ao Real Serviço de V. Majestade ordenar-se que daqui em diante se não possa imprimir livro algum em que se tratem de matérias pertencentes às Conquistas sem que tenhão com as mais licenças, também a deste Tribunal, porque nelle como melhor instruído nos particulares delles e que tem por obrigação zellar e advertir o que lhe poderá estar melhor para sua concervação e aumento se pode ter por mayor conhecimento do que convém e se divulgue do que importa que não chegue à notícia das nações estrangeiras³.

Como Andrée Mansuy Diniz-Silva mencionou, um caso paradigmático desta “opção política” é o da destruição do livro de André João Antonil, ordenada por D. João V em nome da *razão de Estado* (DOMINGUES, 2006b, p. 153-154); um outro caso é o de Sebastião da Rocha Pitta e a sua *História da América Portuguesa*. Se atentarmos ainda o caso espanhol, verificamos, por exemplo, que as *Notícias secretas de América* de Jorge Juan e António de Ulloa só foram publicadas quando o Império

² É Robert Southey que refere que durante a sua estada em Portugal em 1800-1801 consultou documentos sobre o Brasil na Biblioteca Nacional e na Academia de Ciências de Lisboa. Contudo, teve percepção que as notícias referentes ao Brasil eram filtradas pelos funcionários das instituições mencionadas e que estas eram frequentadas por alguém que considerava espião ao serviço do rei de França. Carta de Robert Southey a John Rickman, datada de 30-31 de Outubro de 1800 e publicada em Robert Southey (1960, p. 138).

³ Documento citado por Andrée Mansuy Diniz-Silva (2001, p. 52).

espanhol entrou no seu colapso final e os ingleses editaram a obra (PRATT, 1999, p. 50).

3. Como a Europa construiu imagens do Brasil colonial?

O “Século das Luzes”, ao trazer consigo uma nova concepção de ciência acompanhada por um racionalismo cada vez mais notório, lançou as bases da exploração científica da natureza selvagem dos trópicos (LAHERTA, 2006). Gerou um processo que tornou os homens em donos de terras, objectos e mundos, com uma vontade de conhecer e dominar a natureza através da construção de registos: textos, colecções, herbários, imagens, pinturas, mapas. Neste movimento de apropriação de novos lugares e de redescobrimento do mundo, os viajantes são figuras impares. “*Homens do seu tempo*” – cultos, interessados, curiosos – contribuíram de forma efectiva para que a Europa ilustrada arquitectasse imagens de outros lugares.

Mas paradoxalmente, enquanto se processava à renovação da consciência que os europeus tinham do Novo Mundo, a Europa continuava a utilizar como as suas principais fontes informativas sobre o Brasil os escritos de autores e escritores de quinhentos e seiscentos, como Jean de Léry (*Histoire d'un voyage fait en la terre du Brésil*, 1578), André Thévet (*Les singularitez de la France Antarctique*, 1557; *Cosmographie Universelle*, 1575), Hans Staden (*Wahrhaftige Historie*, 1557) e Claude d’Aberville (*Histoire de la mission des pères capucins en l'isle du Maragnon et terres circunvoisines*, 1614). Os *Sermões* do jesuíta António Vieira e a obra de Fernão Cardim editado por Samuel Purchas (Londres, 1625) continuavam a ser referências intelectuais no que tocava aos domínios sul-americanos de Sua Majestade Fidelíssima, tal como eram ainda autoridades os holandeses Willem Piso e Georg Marcgrave e a *Historia Naturalis Brasiliæ* (1648).

O que justificava, então, que em pleno “Século das Luzes” – no período em se desenvolve o que Mary Louise Pratt chama de consciência planetária da Europa” e se questiona a credibilidade da informação de “soldados ignorantes” e “clérigos inábeis”, entendidos como os que não tinham a “formação científica” de setecentos - se publique uma imensidão de textos quinhentistas e seiscentistas sobre o Brasil, aliás profusamente utilizados em obras científicas “de ponta”? O que faz com que num século que apenas acredita nos resultados da experiência e da observação, no que vê e pode comprovar, editores tão conceituados, como o holandês Peter van der Aa, continuem a imprimir Jean de Léry,

André Thévet, Hans Staden, António Vieira e Fernão Cardim? O que faz com que estas “*autoridades*” continuem a ser lidas e utilizadas como fontes de informação fidedignas sobre a colónia brasileira?

Parece claro que, perante o encerramento da colónia brasileira a viagens oficiais estrangeiras, conjuntamente com não se permitir a presença de estrangeiros em território colonial e não se divulgarem os resultados das expedições portuguesas mais recentes, os escritos destes autores continuem a constituir a informação que estava disponível ao comum dos europeus do século XVIII (DOMINGUES, 2006b, p. 152).

Contudo, um estudo sistemático realizado às *Philosophical Transactions*, revista oficial da britânica Royal Society, revelou que a Europa setecentista tentava ultrapassar essas restrições. O interesse e esforço feitos pela elite científica britânica que constituía uma academia tão prestigiada como esta consistiram em considerar e publicar os contributos de académicos britânicos e portugueses, diplomatas e particulares residentes em Londres ou espalhados por outros cantos do mundo que tivessem um conhecimento mais exacto do Brasil, da sua geografia, produções naturais, habitantes, costumes e comportamentos. Informações ou declarações atestadas por portugueses que eram *fellows* da Royal Society, como Jacob de Castro Sarmento, por amigos deles, como era o caso de um cavalheiro anónimo que tinha vivido durante longo tempo em Cerro Frio, ou ainda por diplomatas com conhecimento directo da realidade sul-americana, como o enviado extraordinário Luís Pinto de Sousa Coutinho, antigo governador de Mato Grosso, contribuíam para uma renovação gradual do conhecimento detido por esta élite sobre o Brasil⁴.

Nesta linha de raciocínio, importará considerar como este processo de construção cognitiva ocorreu em outros países europeus como, por exemplo, a França. Este país parece, aliás, ter uma particular importância para o caso brasileiro até porque, graças à viagem de La Condamine, teve notícias precisas e exactas de uma parte substancial da colónia e estas marcaram, por largo período de tempo, a forma como a Europa pensou a Amazónia.

Não obstante as premissas anteriormente enunciadas, importa constatar que, durante o período em análise, a Europa publicou informação actualizada sobre o Brasil, coerente com as exigências de

⁴ A este respeito e para os *fellows* portugueses admitidos na Royal Society durante o século XVIII, ver o artigo de Ângela Domingues (2007), particularmente, a página 928 e as seguintes.

conhecimento da época, e que procedeu à sua disseminação com a celeridade permitida pelos sistemas de informação, registo e impressão da “Idade da Razão” (HEADRICK, 2000). Como e de que forma esta informação que circulou sobre o Brasil foi assimilada apenas por um restrito número de intelectuais e políticos ou disseminada por largas audiências?

A exigência de voltar das viagens com memórias ou relações escritas, consideradas como instrumentos de informação e controle em mãos da coroa, foi uma exigência explícita dos reis a partir da segunda travessia de Colombo (SANCHEZ, 2006, p. 41). Já no século XVIII, o espírito crítico da época inspirou intelectuais a reavaliar o conhecimento anteriormente adquirido e a propor novos métodos de observação e registo ao nível geográfico, histórico e estatístico do Novo Mundo, “one that would leave no corner uncataloged” (ENGSTRAND, 1997, p. 25). A produção de documentos escritos como meio idóneo de registo, menos perene que a palavra na fixação de rotas e no registo de nomes e feitos meritórios, continuou a ser cada vez mais valorizada pelos estados e pelas sociedades, durante um período que foi o de formação e consolidação de monarquias absolutistas, de governo de reis esclarecidos e de sobrevivência de populações ilustradas.

Na prossecução do progresso, bem-comum e felicidade dos súbditos, os monarcas deviam deter conhecimentos e gerir sistemas de informação eficientes que lhes permitissem recuperar eficazmente dados sobre os seus domínios territoriais. Controlar um país requeria bons mapas, levantamentos demográficos e informações sobre movimentos políticos, potencialidades do solo, capacidades ofensivas e defensivas. Do mesmo modo, os oficiais navais e militares consumiam informação na procura da segurança nos mares e de vantagens nos confrontos armados, tal como os comerciantes dependiam dela na sua busca por novos mercados e matérias-primas inovadoras; e os membros de várias profissões, que requeriam um conhecimento especializado que não podia ser apenas oral e prático, requeriam novos e complexos sistemas de dados.

Mas também as massas populacionais tinham curiosidade por novos lugares, distantes e exóticos, que tentavam perceber e conhecer através da leitura de livros, mapas, jornais, ilustrações (HEADRICK, 2000, p. 10). “Libros y manuscritos (...) intervenieron en la asimilación por parte de la cultura occidental de las exóticas y novedosas descubiertas y, en general, de todo un continente generador de esperanzas, anhelos y miedos”(SANCHEZ, 2006, p. 10). O interesse da Europa abria-se ao

mundo, um mundo que se mostrava de potencialidades infinitas, inicialmente desvendadas pelos Descobrimentos Portugueses e que agora, em pleno *Século das Luzes*, eram continuadas pelas grandes viagens ao Oceano Pacífico. Mesmo o que, à época, já era conhecido, era re-observado e redescoberto porque as bases cognitivas do conhecimento europeu mudavam. Esta mudança dialogava com novas exigências científicas em constante mutação e com novos instrumentos de observação e precisão cada vez mais aperfeiçoados.

A rota preferencial destas viagens era o Atlântico Sul, cuja navegação - pretendiam soberanos ibéricos, fundamentavam jurisconsultos sob suas ordens e contestavam monarcas das potências europeias em ascensão, bem como marinheiros e viajantes sob seu domínio - se ordenava por leis especiais, destinadas a regulamentar “o domínio e jurisdição do próprio mar, litorais e ilhas” (FREIRE, 1966/1967). Destas expedições resultavam novas informações que surgiam sob a forma de manuscritos e impressos, de histórias e romances, umas vezes lidos, outras contados, de desenhos e esboços ou de mapas e objectos recolhidos para se mostrar a existência e tentar a aproximação entre novos e velhos mundos.

Contudo, durante boa parte de setecentos, a quantidade de informação disponível sobre o Brasil era completamente desproporcional: quer em relação à que era acessível de muitas outras partes do continente americano; quer ao interesse que a colónia, repleta de bons portos de apoio à navegação, boa escala para abastecimento e aguada e consumidora inesgotável, despertava junto dos europeus. Estes, vivendo na idade da civilidade, polícia e riqueza (que se baseava, em muito, nos contactos tidos e nos produtos originários da América) encontravam nos habitantes da América do Sul um reduto de lendas e fantasias, de ouro, prata e diamantes, de povos pagãos, bárbaros, antropófagos (SIMMONS, 1995, p. 381). Uma forma de estabelecer ligações entre estes dois mundos, entre os centros dos impérios europeus e as colónias periféricas, consistia na *viagem* e na produção documental dela decorrente.

Seguidamente, devo salientar um outro aspecto que me parece bastante óbvio: é que o “Brasil herdado” das fontes de quinhentos e seiscentos não é mais o mesmo, irrevogavelmente alterado pelo contacto de dois séculos e pela colonização *luso-brasileira*. Ou seja, naquele vasto espaço com características geográficas e humanas diversificadas ocorreram acções de encontro e confronto, de controlo, domínio e apropriação, de reacção à presença de “invasores”, que tiveram

repercussões na terra, nas populações autóctones e nas recém-chegadas (europeias e africanas).

4. Disputas entre potências pelo domínio dos mares e pelos produtos coloniais

Mencionei anteriormente que o século XVIII foi marcado por tensões latentes entre as diferentes nações europeias: velhas potências cediam o lugar a novos poderes em terra e no mar, embora aquelas se esforçassem por preservar os seus domínios tradicionais; o epicentro dos confrontos foi, em grande medida, transferido para os mares, reflectindo, deste modo, a utilidade dos oceanos enquanto via de circulação de produtos de origem colonial, isto é, o cacau, tabaco, açúcar, couros, madeiras, prata e ouro, plantas tintureiras, alguns deles transformados em saques e botins rentáveis (GAUY-TROUIN, 2002, p. 53).

Apesar de franceses, holandeses, portugueses, ingleses, holandeses, austríacos, espanhóis estarem envolvidos nesta competição, a disputa centrava-se nas lutas, abertas ou encapotadas, entre França e Inglaterra, particularmente visível a partir de meados do século XVIII, quando a Inglaterra tinha já consolidado o seu império marítimo.

Neste jogo em que o poder político queria beneficiar do conhecimento científico, nenhuma das nações envolvidas cedia o passo, sobretudo em relação ao Brasil, país desconhecido no que dizia respeito à geografia e às produções minerais, vegetais e animais e igualmente ao que o engenho humano podia produzir. Assim, alguns ingleses tentaram ocultar as vantagens económicas que experiências científicas recentemente realizadas tinham demonstrado existir em produtos coloniais brasileiros, como a platina e o *palladium* brasileiro ou a cera de carnaúba. A vontade demonstrada pelos autores era a de que os resultados não fossem publicados nas *Philosophical Transactions*, órgão oficial de uma sociedade científica com o prestígio internacional da Royal Society, para que esse conhecimento científico, ao ser internacionalmente divulgado, não permitisse aos franceses tirar quaisquer vantagens comerciais⁵.

Esta luta pelo conhecimento científico com significado económico, onde nenhum dos membros de cada país queria fazer

⁵ Ver Brande (1800-1814) e Wallaston (1809), que publicaram na *Philosophical Transactions*. Era objectivo das *Philosophical Transactions* ser uma representação fiel da investigação e progresso cognitivo realizado na Royal Society utilizando como mecanismo de disseminação o impresso (BHOWMIK, 2003, p. 351).

cedências pela preponderância de uma hegemonia imperialista nacional, manifestou-se igualmente nas viagens realizadas e no conhecimento produzido, bem como na forma como este foi disseminado “em benefício da humanidade”; na atitude proteccionista e mecenática dos soberanos que protegiam, incentivavam, financiavam e movimentavam influências e diplomacias em relação a viagens individuais ou expedições colectivas, a missões de espionagem ou a comissões científicas.

Ora nesse sentido, o conhecimento produzido (náutico, cartográfico, geográfico, científico-natural, da humanidade, das produções coloniais com potencialidades económicas) foi uma ferramenta ao serviço do poder e fortalecimento de uma nação perante a sua rival. “Such scientific information was firstly as a means of enhancing national prestige – scientific and geographic achievement being another arena in which the national rivalries of the age could find expression” (GASCOIGNE, 1998, p. 23).

Daí o facto de, tanto o governo de França como o de Inglaterra interferirem e patrocinarem activamente as viagens científicas, nomeadamente as de circum-navegação, ao Pacífico e à Austrália, cuja rota implicava a navegação no Atlântico Sul e uma escala quase indispensável em portos do Brasil: Rio de Janeiro, Baía, Santa Catarina, Cabo Frio, etc. As viagens proporcionavam a elaboração de diários de viagem, memórias, desenhos, correspondência, ofícios, observações astronómicas, informação cartográfica, recolha ou compra de produtos exóticos, de produções naturais e etnológicas.

5. Olhos e ouvidos de soberanos, académicos e povos: os viajantes

Quem foram os viajantes que navegaram pelo Atlântico Sul? Quais foram os viajantes melhor preparados para descrever a colónia? O que lhes garantia uma boa formação e uma maior credibilidade junto do público erudito ou de uma assistência comum, mas interessada?

Até ao momento, as leituras feitas permitem afirmar que os viajantes que durante setecentos e inícios de oitocentos viajaram pelo Atlântico Sul e pelo Brasil, se definem em função de uma multiplicidade e variedade de formações, profissões, interesses: soldados, como o anónimo da relação de 1778; corsários e piratas, como Du Gay-Trouin ou Du Plessis-Parseau; oficiais de Marinha, como Mr. Froger; padres e missionários, como Richard Fleckno e Martin de Nantes; homens de ciência e do mar, com missões secretas, como Frézier ou George Anson; militares e diplomatas que eram também homens de negócios e

marinheiros, como Bougainville; viajantes com intuições predominantemente científicos, como Joseph Banks e Charles Solander; viajantes em trânsito e com outros destinos claramente definidos, como Arthur Bowes Smith; navegadores com intenções comerciais, como Thomas Lindley; agentes comerciais, como John Turnbull⁶.

A instrução académica era fundamental, mas não indispensável na redacção de informação precisa. Assim, se alguns tinham uma formação clássica, tendo frequentado universidades ou sido discípulos de mestres de renome, como os companheiros de viagem Joseph Banks, formado pela Universidade de Oxford, e Charles Solander, aluno de Lineu; outros detinham apenas experiência de navegação, uma vez que tinham ingressado na vida marítima muito novos (com 10 anos e menos), como foi o caso de James Burney, oficial da Marinha Britânica e escritor, que acompanhou Cook nas suas segunda e terceira viagens aos mares do Sul (BURNEY, 2007, p. 17-19). Outros exerciam ainda cargos oficiais relacionados com a cartografia, como Mr. Frezier, cosmógrafo do rei de França.

Contudo, e apesar desta multiplicidade de origens e formações, muitos destes viajantes pertenciam a um circuito fechado: o dos cientistas e homens de marinha, que estudavam nas mesmas escolas, aprendiam as mesmas teorias, liam os mesmos livros, que pertenciam às mesmas instituições científicas ou frequentavam os mesmos salões (MENESES, 2007, p. 32). Esses indivíduos eram porta-vozes das *Luzes* e do Iluminismo e integravam na sua bagagem intelectual as ideias do “mundo esclarecido”.

Os viajantes deviam ter certas qualidades pessoais, como a sinceridade, coragem, honestidade, maturidade e imparcialidade; deviam saber observar, comparar e discutir entre si as observações e fundamentar as afirmações. Ter uma formação sólida, fazer leituras actualizadas, ter conhecimentos geográficos e cartográficos, bem como linguísticos, eram factores que garantiam a eficácia e a credibilidade das informações. “The explorer (natural historian or chemist!) is then a good observer, quick to note what is abnormal and keen to account for it somehow. Explorers measure; they examine everything that seems of interest, trying one thing after another; they are in no hurry” (KNIGHT, 2001, p. 810).

Muitos destes indivíduos iam dotados de livros acerca da região em que viajavam ou sobre a metodologia de realização de viagens e explorações. Sempre que possível, levavam manuscritos e impressos com

⁶ Sobre alguns destes viajantes e algumas destas viagens ver Ângela Domingues (2008).

o objectivo de comparar, de confrontar a informação recém-recolhida com fontes mais antigas, que contribuiriam para a construção de um discurso sólido, objectivo e fundamentado ou lhes permitiriam brilhar através do questionamento e correcção do saber até então consolidado.

Para além do mais, deviam ir munidos de instruções que, apesar de lhes permitirem toda a latitudine no seu trabalho, se limitavam na maioria dos casos a dar informações gerais (como fazer, onde ir, como registar) e menos específicas a casos concretos (PEREIRA, s/d). As informações eram adquiridas através das leituras de relatos provenientes de outras viagens. Este era, afinal, um método que permitia a transmissão de experiências de vida e técnicas de sobrevivência; esta era também uma forma de confirmar, refutar ou corrigir o saber anteriormente adquirido. A pergunta que se impõe é, pois, qual a bagagem cultural transportada pelos viajantes e quais as variações e inclusões que conheceu com a evolução da técnica e do saber científico, e de que forma os viajantes beneficiaram dos saberes adquiridos de viagens anteriores.

Uma sólida formação e uma boa fundamentação equivalia a um reconhecimento entre os membros da “República das Letras” e das academias científicas e pressupunha uma recompensa, pecuniária ou profissional no exercício de um cargo público e/ou entre a comunidade científica.

Neste contexto, importa levantar uma questão, aliás já contundentemente apontada pelo historiador espanhol Francisco Vasquez Garcia: “La Razón Ilustrada sería culpable por imponer un unico modo de ver y de estar en el mundo, el próprio del varón blanco, occidental y heterosexual, apoyado en la tecnociencia y en las instituciones del mercado y la democracia liberal” e de identificar como racional o modo de vida de um europeu ocidental de classe média (GARCIA, 2007, p. 20).

O “Século das Luzes”, ao trazer consigo uma nova concepção de ciência, acompanhada por um racionalismo cada vez mais notório, lançou as bases da exploração científica da natureza selvagem dos trópicos (LAHUERTA, 2006). Neste movimento de apropriação de novos lugares e de redescobrimento do mundo, os viajantes são figuras impares. “*Homens do seu tempo*” – cultos, interessados, curiosos - contribuíram para que a Europa ilustrada arquitectasse imagens.

As mulheres tiveram um papel irrelevante neste processo. Esta sociedade, que defendia o direito natural e os princípios de igualdade jurídica entre os homens, fazia, no entanto, distinções quando se tratava dos direitos civis, não considerando princípios de igualdade política e

social. Da mesma forma, as teorias iluministas sobre a aprendizagem humana mantinham barreiras relacionadas com uma educação diferente em relação aos sexos e criavam dúvidas sobre a capacidade das mulheres em relação à razão. Consideradas biologicamente inaptas para uma participação activa na vida pública, eram excluídas de participar na vida política. De igual modo, estavam excluídas da “busca do saber”, não participando na “República das Letras” nos mesmos termos que os homens e era raro frequentarem universidades. Embora houvesse mulheres a assistir às sessões da Royal Society e a publicar as suas opiniões filosóficas, a sua posição neste processo era marginal e um tanto paternalista: ”as mulheres inteligentes podiam entender a nova ciência caso lhes fosse explicada em termos simples”(BURKE, 2003, p. 27).

Não espanta, pois, que quase todas as viagens de exploração e quase todos os registos tenham sido feitos por homens. Ou seja, as mulheres viajavam, acompanhavam os seus maridos, as suas famílias, por vezes em circunstâncias adversas, mas os testemunhos escritos por elas são inexistentes ou perderam-se com o passar dos anos. Uma das excepções mais emblemáticas é, talvez, o caso de Isabella Godin des Odonais, aristocrata peruana que, seguindo a rota de La Condamine, desceu os Andes e o rio Amazonas para se juntar a seu marido, Louis Godin des Odonais⁷. Outra excepção é Rosa de Saulces de Freycinet que, a bordo da corveta Uranie, aportou no Rio de Janeiro, em 1817, acompanhando seu esposo Louis-Claude de Freycinet numa expedição científica de circum-navegação com o objectivo de medir as forças magnéticas do hemisfério meridional⁸. Um outro caso foi, sem dúvida, Maria Dundas Graham, jovem aristocrata britânica que desde muito nova acompanharia a família nas suas andanças pela Índia, Itália, América do Sul e Espanha⁹.

⁷ Contudo, “a romântica e arrepiante narrativa de Mme Godin foi publicada em 1773 – não por ela, mas por seu esposo, a pedido de La Condamine, que a anexou às edições da sua própria narrativa” (PRATT, 1999, p. 51).

⁸ Os registos produzidos - cartas enviadas por Rose a sua mãe, Caroline de Nanteuil – acabaram por ser publicados sob a forma de diário, por Charles Duplomb: *Campagne de l'Uranie (1817–1820)*, apenas em 1927. Até este momento ainda não tivemos acesso ao diário de viagem de Rose de Freycinet. Para ver: “The *Uranie* voyage”, acessar: http://www.museum.wa.gov.au/collections/maritime/march/treasures/uranie/rose_etc.html

⁹ Destas viagens resultariam Journals [of a residence in India (1812); of a residence in Chile during the year 1822 and a voyage from Chile to Brazil (1824); of a voyage to Brazil (1824)], Letters [on India, 1814] e Three months in the mountains East of Rome (1821), ou seja, relatos de viagens nos quais ia descrevendo os locais, a natureza, os usos

6. Descobrir, descrever e registar a natureza brasileira

A nova concepção de ciência, caracterizada por um racionalismo cada vez mais marcante, valorizava a experiência e o conhecimento directo, operacional, útil e metódico e lançava bases para a exploração ordenada da natureza, levando à construção de herbários e à formação de colecções, gabinetes, museus(LAHUERTA, 2006). Ler ciência significa “ter acesso à natureza”. Esta, por seu turno, “tem efeitos benéficos sobre o homem”. O fenómeno é, pois, de redescobrimento e de apropriação.

Quando chegavam ao litoral brasileiro, os viajantes deparavam-se com uma natureza e uma humanidade desconhecidas em grande parte, mas sempre diferentes e admiráveis. O tom de aventura, exotismo, mistério pode ser encontrado, ainda em seiscentos, em Fleckno: “I should now go see the Desart and Wilderness of it [world]in Afrique and America, the one (all the coast along) nothing but barren sand, and the other where I am going (the Brasils) all overgrown with woods and trees” (FLECKNO, 1653, p. 57). “Estranho”, “exótico”, “selvagem”, “raro”, “misterioso”, “diferente”, “grande”, “desmesuradamente grande” são palavras incontornavelmente associadas ao Brasil nos escritos de viagens.

Após a identificação do local de chegada, feita pelos olhos experimentados de quem viajava naquelas águas ou através do auxílio de um desenho, uma aguarela, a atenção dos viajantes era normalmente atraída por elevações naturais, como o Pão de Açúcar; fortificações, como a fortaleza de Santa Cruz ou de Santa Luzia; barreiras naturais, como rochedos e florestas; instalações portuárias e sua capacidade de albergar navios; a recepção por parte das autoridades locais, velhos amigos ou entidades religiosas; os núcleos urbanos e os edifícios que os pontilhavam, religiosos ou civis, destacados pela sua imponência ou função; a organização e ordenamento urbanos, as casas, número de habitantes, os negros e índios; modos de locomoção, comportamentos dos habitantes; procissões e hábitos religiosos, igrejas e missionários; as línguas de comunicação entre luso-brasileiros e recém-chegados; e, especialmente, a natureza.

Acima de tudo, estava o deslumbramento causado pela natureza brasileira, que significava um potencial incalculável de pesquisa. Descrevem-se madeiras, frutos, vegetais, óleos, bálsamos e raízes, animais e bestas, índios; alimentos e formas de preparação; importações e

e costumes das sociedades/comunidades com que se ia deparando Maria Dundas Graham (CALCOTT, 1969).

dependências da Europa; notícias de minas de metais e pedras preciosos; abastecimento de víveres e carregamentos para exportação (PESAVENTO, 2007). “There's not a tree nor a plant, bird, beast, not anything ever saw in Europe to be found, had to speak somewhat of each one in particular”(FLECKNO, 1653, p. 67). Ora se o deslumbramento entusiástico de Fleckno pela natureza do Brasil era suscitado pela variedade e exuberância das produções naturais, Banks expressará a mesma admiração veemente de uma forma bem mais prática: “Mr. Banks pense que toutes les productions de nos îles de l'Amerique croitroient dans cette partie du Brésil: cependant les habitants tirent leur café et leur chocolat de Lisbonne!” (HAWKESWORTH, 2007, p. 434).

Perante um mundo que é estranho e admirável, a forma que os viajantes têm de aproximar os seus leitores ao desconhecido é a comparação. Por exemplo, no relato de Cook, a cidade do Rio de Janeiro era comparada pelo seu traçado, organização e prosperidade a Bristol e Londres (HAWKESWORTH, 2007, p. 421). De facto, a comparação, por mais absurda que nos possa parecer, é uma técnica que permite tornar familiar e próximo o que está distante, comprehensível o que é esquisito e exótico: “Piritas (?) they have, so called for the slowness of their pace, so monstruous as no Devil can be painted more horrible or ugly, all scally like the rhinoceros, but more serpent like, going so slowly as it scarcely advances a pace a day”(FLECKNO, 1653, p. 70) .

Para além de tudo o que a qualificava, a natureza brasileira era generosa, pois estava disposta a fornecer riquezas minerais, matérias-primas e novos produtos que beneficiariam o desenvolvimento económico, o progresso e o bem-estar dos povos. Os grandes beneficiários seriam, sem dúvida, os europeus e a civilização ocidental.

Se a natureza brasílica podia ser “capturada” por todos, letrados ou iletrados, com preparação específica ou não, utilizando os mais diferentes suportes (relatos orais, textos, desenhos, esboços, recolhas), devia ser preferencialmente registada pelos cientistas desta Europa setecentista ávida de conhecimento e ser classificada, ordenada e comprehendida de acordo com os modelos de reordenamento europeu e do homem culto europeu, o único que tinha sensibilidade e erudição suficiente para a captar. Os holandeses, os franceses, os “alemães”, e sobretudo os britânicos eram, de entre todos os europeus, os que se encontravam mais preparados para tal, porque se consideravam num patamar civilizacional superior, sobretudo quando o ponto de comparação era um Brasil “esquisito”, “bárbaro” e “inferior” e a sociedade colonial se caracterizava por ser “indolente” e isso significar

uma receptividade infinita à competitividade económica e manufactureira britânica.

As sociedades estabelecidas nos trópicos eram consideradas inferiores, mesmo quando eram de reconhecida matriz europeia. Segundo Froger: “tout le monde scait qu’ils [os portugueses] ne font les braves que sur leur pailler & que dans l’occasion ils ont plus-tost recours à leur chapelet qu’à cette bravoure”(FROGER, 1715 p. 135). Nos relatos sobre os contactos é frequente um sentimento de alteridade que transforma o Brasil e os seus habitantes – índios e luso-brasileiros também - nos *outros*.

Se afirmações como esta estão presentes na historiografia, é também certo que ela nem sempre as (se) justifica. Não deixa de ser interessante perceber, por exemplo, como este sentimento se constrói e expressa, um sentido de “desnívelamento” social e consciência de não-identificação.

A superioridade de uma nação e de uma cultura está patente, por exemplo, de forma paradigmática, nas apreciações pronunciadas por Joseph Banks em relação ao conde de Azambuja. Para Banks - que esperava uma recepção triunfal como a que tinha sido prestada ao capitão John Byron em viagem anterior -, o conde tinha um comportamento bizarro quando, “para não faltar à sua obrigação e à sua honra”, impedia o desembarque do naturalista e as suas observações na baía de Guanabara (BRITISH LIBRARY, 1768). A ignorância científica do “despótico” vice-rei era aberrante porque, dizia Banks, de Azambuja acreditava ainda no sistema teocêntrico, com o Sol e os outros planetas a girar em torno da Terra. Tal como era excepcional o seu desconhecimento pelas regras de etiqueta que regulavam o mundo dos britânicos poderosos: Banks era um *gentleman* com fortuna suficiente para ter armado a expensas pessoais parte daquela expedição e, consequentemente, as suas “regras de conduta” impediam-no de exercer as actividades que justificavam as cautelas de Rolim de Moura e da sua “illiterate impolite gentry”. Contrabando e espionagem eram acções que não pertenciam ao “código de etiqueta” de Banks. Os *gentlemen* eram, por definição, dignos de confiança, “disinterested” e “ideally, their independence meant that they had no reason to lie”(SECORD, 1994, p. 384)¹⁰.

Em que outros casos se terá manifestado este “sentimento de superioridade” face à sociedade europeia nos trópicos e de que forma esta informação contribuirá para uma melhor percepção das identidades

¹⁰ É contudo Pijning que afirma que tanto Banks como Cook se teriam dedicado a algum contrabando.

lusó-brasileira e “europeia” quando confrontadas uma com a outra? De igual modo, será sempre pertinente averiguar se a informação patente nas fontes impressas, e sobretudo nos arquivos portugueses, permite entender os sentimentos das autoridades coloniais e dos colonos luso-brasileiros perante estes recém-chegados e compor como que “uma imagem reflectida”, mas ainda assim pertinente, do nosso objecto de estudo, imprescindível para a compreensão da sociedade colonial e das entidades envolvidas neste fenómeno de contacto: “history was never a monopoly of Europe; and travellers’ tales, whatever their claims to objectivity, were no more value-free than the narratives or impressions of their hosts. Those whom Europeans met on their expeditions also met Europeans”(DURRANS 2003, p. 224).

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, André Ferrand. *A formação do espaço brasileiro e o projecto do Novo Atlas da América Portuguesa*. Lisboa: Comissão Nacional para a Comemoração dos Descobrimentos Portugueses, 2001.
- BHOWMIK, Urmu. Facts and names in the marketplace of print: John Dunton’s Athenian Mercury. *Eighteenth Century Studies*. London, vol. 36, n. 3, Spring 2003.
- BRANDE, William Thomas. An account of the vegetable wax from Brazil. *Abstracts of the papers printed in the Philosophical Transactions of the Royal Society of London*. London, vol. I, p. 404-406, 1800-1814.
- BRITISH LIBRARY. *Miscellaneous Papers*. Resposta de Rolim de Moura a Joseph Bakns de 17 de Novembro de 1768. Add. 34 733, fl. 43v.
- BURKE, Peter. *Uma história social do conhecimento*. De Gutenberg a Diderot. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 2003.
- BURNEY, James. *História de los bucaneros de América*. S/l.: Editorial Renacimiento/Colección Isla de La Tortuga, 2007.
- CALCOTT, Lady Maria. *Journal of a voyage to Brazil and residence there during part of the years 1821, 1822, 1823*. Londres/ New York: Frederick A. Praeger Publ., 1969.
- DINIZ-SILVA, Andrée Mansuy. Introdução. In: ANTONIL, André João. *Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e minas*. Lisboa: Comissão Nacional para a Comemoração dos Descobrimentos Portugueses, 2001.

- DOMINGUES, Ângela. Circulação de informação científica no Império Português em finais de setecentos. In: *O domínio da distância. Comunicação e cartografia*. Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical, 2006.
- DOMINGUES, Ângela. Imprensa científica e imagem do Brasil colonial: a análise de dois casos. In: MENESSES, Avelino de Freitas; OLIVEIRA E COSTA, João Paulo (org.). *O reino, o mar e as ilhas. Estudos de Homenagem a Artur Teodoro de Matos* (vol. II). Lisboa/Ponta Delgada: Centro de História de Além-Mar/FCSH/UNL/Universidade dos Açores, 2007.
- DOMINGUES, Ângela. Notícias do Brasil colonial. A imprensa científica e política a serviço das elites (Portugal, Brasil e Inglaterra). *Vária História*. Belo Horizonte, v. 22, n. 35, p.150-174, jan. jun. 2006b.
- DOMINGUES, Ângela. O Brasil nos relatos de viajantes ingleses do século XVIII: produção de discursos sobre o Novo Mundo. *Revista de História Brasileira de História*. São Paulo, v. 28, n. 55, p. 133-152, jul. 2008.
- DOMINGUES, Ângela. Para um melhor conhecimento dos domínios coloniais: a constituição de redes de informação no Império português em finais do Setecentos. *História, Ciências, Saúde — Manguinhos*. Rio de Janeiro, vol. VIII (suplemento), p. 823-838, 2001.
- DOMINGUES, Ângela. *Viagens de exploração geográfica na Amazónia em finais do século XVIII: política, ciência e aventura*. Lisboa: Região Autónoma da Madeira, 1991.
- DUPLOMB, Charles (org.). *Campagne de l'Uranie (1817–1820)*. Acesso: www.museum.wa.gov.au/collections/maritime/march/treasures/uranie/
- DURRANS, Brian. Venture to exterior. In: SLOAN, Kim(edited). *Enlightenment. Discovering the world in the eighteenth century*. London: The British Museum Press, 2003.
- ENGSTRAND, Iris H. W. Spain's role in Pacific exploration during the Age of Enlightenment. In: HAIYCOX, Stephen; BARNETT, James; LUBURD, Ceadmon (editores). *Enlightenment and exploration in the North Pacific (1741-1805)*. Seattle/Londres: Cook Inlet Historical Society/University of Washington Press, 1997.
- FLECKNO, Richard. *Relation of the ten years travells in Europe, Ásia, Afrique and América. All by way of Letters occasionally written to divers nobles personages, from place to place; and continued to this present year, by... with Divers others Historical, Moral and Poetical pieces of the same Author*. London: printed for the Author, [c. 1653].

- FREIRE, Pascoal José de Melo. Instituições de Direito Civil Português (Livro I). In: *Jus Lusitaniae. Fontes Históricas de Direito Português*. Lisboa: Boletim do Ministério da Justiça, 1966/1967. Acesso: http://www.iuslusitaniae.fcsh.unl.pt/verobra.php?id_obra=76
- FROGER, Mr. *Relation d'un voyage de la Mer du Sud, deroit de Magellan, Brésil, Cayenne et les isles Antilles, ou l'on voit les observations que l'auteur a faites sur la Religion, Mœurs e Coutumes des Peuples qui y habitent et sur les divers Animaux qui s'y trouvent de même que les Fruits et des Plantes qui y croissent par le Sr....*, Amsterdam: Chez l'Honoré et Châtelain, 1715.
- GARCIA, Francisco Vazquez. Claroscuros de la razón ilustrada. *Ilustración y libertades. Revista de Pensamiento e Historia de las Ideas*. Sevilla, v. 1, p. 19-32, 2007.
- GASCOIGNE, John. *Science in the service of Empire: Joseph Banks, the British state and the use of science in the Age of Revolution*. Cambridge: Cambridge University Press, 1998.
- GAUY-TROUIN, Du. *O Corsário. Uma invasão francesa no Rio de Janeiro*. Diário de bordo. Rio de Janeiro: Bom Texto, 2002.
- GIRALDO, Manuel Lucena. Reformar as florestas. O tratado de 1777 e as demarcações entre a América espanhola e a América portuguesa. *Oceanos*. Lisboa, n. 40, p. 66-80, Out. Dez. 1999.
- GREEN, Jack P. Reformulando a identidade inglesa na América britânica colonial: adaptação cultural e experiência provincial na construção de identidades corporativas. *Almanack Braziliense*. São Paulo, n. 4, p. 5-21, nov. 2006.
- HAWKESWORTH, John, et. all. *An account of the voyages undertaken by the order of His Present Majesty for marking Discoveries in the Southern Hemisphere...* Wellington: New Zeland Eletronic Texte Center, 2007.
- HEADRICK, Daniel R. *When information came of age. Technologies of knowledge in the Age of Reason and Revolution 1700-1850*. New York: Oxford University Press, 2000.
- KNIGHT, David Marcus Knight. Travels and science in Brazil. *História, Ciências, Saúde — Manguinhos*. Rio de Janeiro, vol. VIII (suplemento), p. 810-823, 2001.
- LAFUENTE, António; MAZUECOS, António. *Los caballeros del Punto Fijo. Ciencia, política y aventura en la expedición geodésica hispanofrancesa al virreinato del Perú en el siglo XVIII*. Madrid: Serbal/CSIC, 1989.

- LAHUERTA, Flora Medeiros. Viajantes e a construção de uma ideia de Brasil no ocaso da colonização (1808-1822). *Revista electrónica de Geografia e Ciências Sociales*. v. X, n. 218, texto 64, 01 Ago. 2006. Acesso: <http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-218-64.htm>
- MARTINS, Luciana de Lima. A naturalist's vision of the tropics: Charles Darwin and the Brazilian landscape. *Singapore Journal of Tropical Geography*. Singapore, v. 21, n. 1, p. 19-33, 2000.
- MARTINS, Luciana de Lima. *O Rio de Janeiro dos viajantes. O olhar britânico (1800-1850)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- MENESES, Pedro da Cunha. *O Rio de Janeiro na rota dos mares do Sul: iconografia do Rio de Janeiro na Austrália*. 2a. ed. Rio de Janeiro: Andrea Jakobsson Estúdio, 2007.
- MUNTEAL FILHO, Oswaldo. *Uma sinfonia para o Novo Mundo: a Academia Real de Ciências de Lisboa e os caminhos da Ilustração brasileira no antigo sistema colonial*. Rio de Janeiro, 1998. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- PATACA, Ermelinda. *Água, terra e ar nas viagens científicas portuguesas (1755-1808)*. Campinas, 2006. Tese (Doutorado em Geociências) - Universidade Estadual de Campinas.
- PEREIRA, Magnus Sobre viagens científicas e recolhas de produtos da natureza: as *Instructio Peregrinatoris* portuguesas do Iluminismo. S/l; s/d. Manuscrito inédito.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. Uma cidade sensível sob o olhar do “outro”: Jean-Baptiste Debret e o Rio de Janeiro (1816-1831). *Nuevo Mundo, Mundos Nuevos*. Paris, n. 7, 2007. Acessar: <http://nuevomundo.revues.org/document3669.html>
- POTELET, Jeanine. *Le Brésil vu par des voyageurs et des marins français, 1816-1840. Temoignages et images*. Paris: L'Harmattan, 1993.
- PRATT, Mary Louise. *Os olhos do Império*. Relatos de viagem e transculturação. Bauru: EDUSC, 1999.
- SAFIER, Neil. *Measuring the world. Enlightenment science and South America*. Chicago/Londres: The Chicago University Press, 2008.
- SANCHEZ, Carlos Alberto González. Discursos y representaciones de la cultura escrita en el mundo hispánico de los siglos XVI y XVII. *Cultura escrita y sociedad*. La Rioja, nº 2, p.29-52, abr. 2006.
- SECORD, Anne. Corresponding interests artisans and gentlemen in the nineteenth-century Natural History. *British Journal for the History of Science*. London, v. 27, n. 4, Dic. 1994.

- SIMMONS, Richard C. Americana in British books, 1621-1760. In: KUPPERMAN, Karen Ordahl (edited). *America in European consciousness, 1493-1750*. Williamsburg Chapell Hill: University of North Carolina Press, 1995.
- SOUTHEY, Robert Southey. *Journals of a residence in Portugal (1800-1801) and a visit to France (1838)*: suplemented by extracts from his correspondence. Oxford: The Clarendon Press, 1960.
- STOLER, Ann Laura. Colonial Archives and the arts of governance. On the content in the form. In: BLOUIN JR, Francis X; ROSENBERG, William G. *Archives, documentation and institutions of social memory*. Essays from the Sawyer Seminar. Ann Harbour: The University of Michigan Press, 2005.
- WALLASTON, William Hyde. On platina and native Palladium from Brazil by..., *Philosophical Transactions*. London, v. 99, 1809.